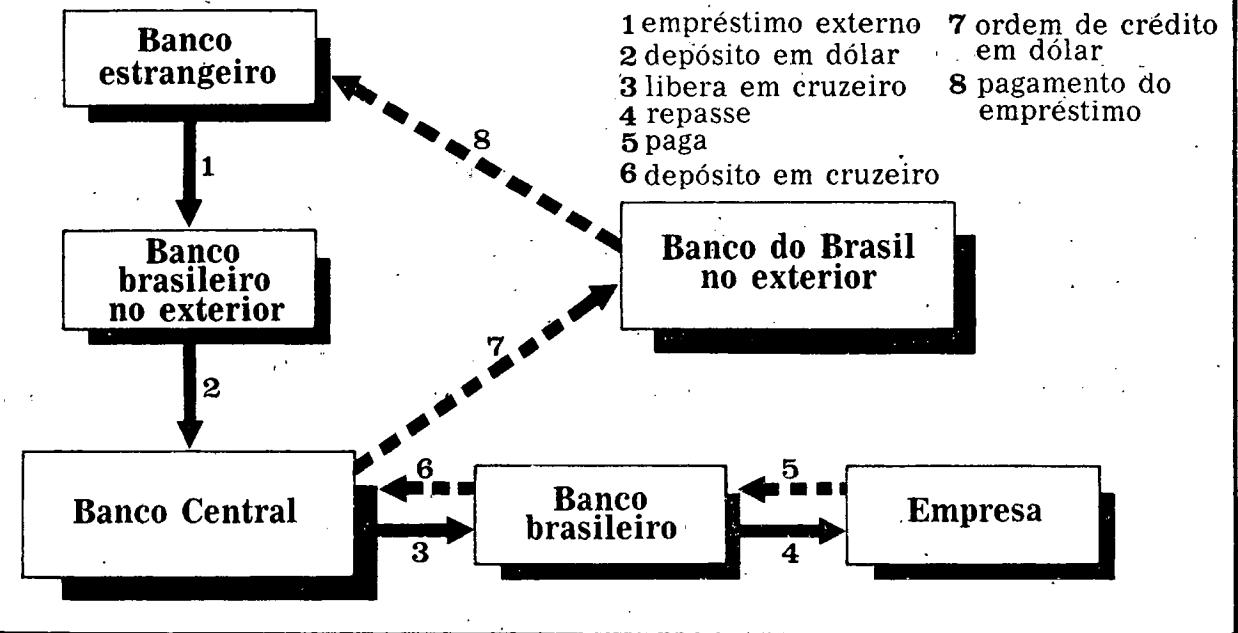


O percurso do dinheiro



As agências dos bancos brasileiros que operam no exterior captam dinheiro de bancos estrangeiros e o depositam no Banco Central. Este, por sua vez, repassa os recursos a bancos no país, que então fazem empréstimos a empresas. O erro dos bancos bra-

sileiros no exterior, segundo o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, é que passaram a captar a curíssimo prazo recursos que eram emprestados ao Brasil oito anos. Este procedimento afetou sobretudo o Banco do Brasil em Nova Iorque que, desde o

setembro negro do ano passado, teve que contar repetidamente com a ajuda de bancos internacionais e do próprio Fed (Federal Reserve, banco central norte-americano) para cobrir a sua posição a descoberto no mercado de crédito interbancário

Agência do exterior é o problema

Não restam mais dúvidas de que o principal problema entre as dificuldades para o fechamento dos quatro projetos de refinanciamento do balanço de pagamentos reside no "Projeto 4" — o restabelecimento das linhas de crédito interbancário para as agências de bancos brasileiros que operam no exterior aos níveis de 30 de junho ou 31 de dezembro de 1982.

Nem mesmo a pressão exercida diretamente pelo diretor-executivo do FMI, Jacques de Larosière, para que os bancos colaborassem no esquema montado pelo Brasil, conseguiu fazer com que os recursos voltassem a fluir como antigamente num mercado abalado pelas crises da Polônia, Argentina, do México e da quebra de instituições como o Banco Ambrosiano.

Ficou então exposto à luz do dia o ponto nevrálgico das contas externas brasileiras: a pouca prudência e a falta de diversificação das atividades dos bancos brasileiros que operam no exterior, analisadas pelo ex-Ministro Mário Henrique Simonsen em editorial da próxima revista *Symposium*. Situação que deixou claro, segundo Simonsen, que "a qualidade da administração da dívida brasileira era bem menos primorosa do que aquilo que os dados oficiais faziam crer".

No editorial, Simonsen mostra que houve excessiva concentração de riscos cambiais por parte dos bancos brasileiros no exterior, cujos ativos, em grande maioria, eram empréstimos para o Brasil, repetindo exatamente o que ocorreu no caso do México. E estes empréstimos, prossegue o texto, "mascararam o verdadeiro perfil de nossa dívida externa", por serem contratados por oito anos, quando seu lastro era "uma dívida brasileira de curíssimo prazo contraída no exterior".

A explicação para as dificuldades no "Projeto 4", dada por Simonsen, é simples: "Para se manter seguro no *roll over*, um banco precisa preservar a credibilidade de seus ativos. No momento em que a qualidade destes últimos é posta sob suspeita, é provável que se retraiam ambos, os compradores de certificados de depósitos e os supridores de recursos no mercado interbancário. E aí, naturalmente, o banco só encontrará compradores para seus recursos na bacia das almas".

Diante das dificuldades, o Governo brasileiro foi forçado a recuar do seu pedido inicial de restabelecer um volume de 10 bilhões de dólares no interbancário. Os bancos privados brasileiros, em sua maioria, já asseguraram linhas num montante satisfatório para o andamento de suas operações, lembra o economista

Uriel de Magalhães, da Fundação Getúlio Vargas.

O problema persiste com o descoberto no Banco do Brasil, que se repete sucessivamente desde setembro, quando estourou a crise. Uriel de Magalhães aponta para o urgente "descasamento" das contas do BB e do BC já anunciado pelo presidente do BC, Carlos Langoni. Neste caso, os recursos que faltam para completar o nível de 6,9 bilhões de dólares no "Projeto 4" seriam cobertos por um novo jumbo especialmente para o BB, uma espécie de "Projeto 5" ou "Projeto 1" estendido.

Mesmo fechado o "Projeto 4", é preciso tomar providências para curar o "calcanhar-de-Aquiles" da dívida externa, segundo Simonsen: uma redução das atividades dos bancos brasileiros no exterior, que "devem evitar qualquer novo empréstimo"; a liquidação dos débitos no interbancário através de depósitos do BC, logo que este possa voltar a acumular reservas e uma diversificação das atividades dos bancos brasileiros ao exterior, que, ao se normalizar a situação financeira do país, "precisam comportar-se como instituições financeiras internacionais, com ativos diversificados por clientes e países, ao invés de atuar como captadores de recursos para o Brasil".